

Constituinte só inicia debate após 21 de abril

Despesa será de Cz\$ 10 milhões

As despesas com aquisição de materiais para o funcionamento da Constituinte deverão variar entre Cz\$ 8 milhões e Cz\$ 10 milhões, que representam cerca de 0,5% do orçamento da Câmara dos Deputados para 1987, estipulado inicialmente em Cz\$ 2 bilhões, 101 milhões e 600 mil.

A estimativa é do diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, e do titular da 1ª Secretaria, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), que, na primeira reunião da Mesa — a ser realizada segunda-feira, às 10 horas — serão escolhidos, respectivamente, como responsáveis pela administração, direção e fiscalização das despesas da Constituinte.

Pedidos de crédito suplementar só serão feitos se for extremamente necessário, segundo Marcelo Cordeiro. Já Ademar Sabino informou que a única despesa de vulto constatada até agora será a compra de 16 gravadores grandes e 40 pequenos, que serão utilizados nas comissões e subcomissões.

O custo com os gravadores ficará em torno de Cz\$ 6 milhões. Além disso, estão sendo gastos Cz\$ 60 mil com materiais, para adequação das salas onde serão instaladas as comissões e subcomissões.

Regimentalmente, a Câmara dispõe de recursos do orçamento da União para sua manutenção e da Constituinte. De acordo com o diretor-geral, um pedido de crédito suplementar será feito, mas não devido à Constituinte, e sim porque o orçamento da União é feito a preços correntes e não prevê qualquer perspectiva de inflação.

Como o orçamento da Câmara para 87 foi feito em maio de 86, as despesas com pessoal serão suficientes, no máximo, até os meses de junho/julho. Até agora, já ocorreram dois aumentos (de 20% e 25%) e, com isso, a Câmara (que gasta cerca de 1,5 milhão com pagamento de funcionários, incluindo os vencimentos de deputados) terá inevitavelmente, que pedir o crédito suplementar. «Isso ocorre todos os anos, e não apenas com a Câmara», ressaltou Ademar Sabino.

Taquigráfos, datilógrafos e demais funcionários, tanto da Câmara como do Senado, já estão prestando serviços à Constituinte. Mas será necessário contratar mais representantes das duas categorias, pois cálculos recentes indicaram que somente as horas de gravações das atividades das comissões e subcomissões equivalerão a três anos de sessões normais do plenário da Câmara.

Os contratados exercerão suas funções por tempo determinado, até o término da Constituinte. O diretor geral informou porém, que ainda não é possível avaliar o quanto será necessário para o pagamento desses funcionários-extras.

Comissões

Estão sendo ultimadas as mudanças nas salas em que funcionarão as comissões e suas respectivas subcomissões. Quatro delas se localizarão no anexo II da Câmara, onde funcionavam as comissões temáticas. São elas: Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; da Organização do Estado; de Organização dos Poderes e Sistema de Governo; e do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

As alas Senador Nilo Coelho e Senador Alexandre Costa abrigarão as comissões da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; de Ordem Econômica; de Ordem Social; e da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

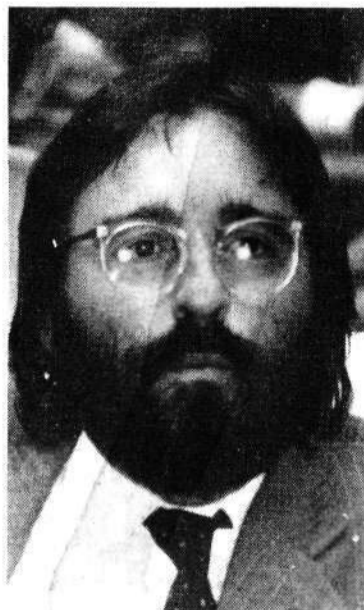
Silvio Donizetti

A Assembléia Constituinte somente vai passar efetivamente à fase dos debates sobre os temas constitucionais, razão pela qual foi convocada, depois do feriado de 21 de abril, quase três meses após sua instalação. As subcomissões poderão até iniciar, no meio desta semana, as discussões das primeiras entre as mais de 500 sugestões encaminhadas à Mesa, mas de forma embrionária e espremida pela paralisação inevitável decorrente da Semana Santa, que deverá dar como perdido o período de 13 a 17 deste mês.

Com o atraso no início dos trabalhos constitucionais, os parlamentares terão que partir para um "esforço concentrado" na elaboração da nova Carta, caso desejem promulgar o texto final em 15 de novembro, como querem os políticos. Para o primeiro secretário da Mesa, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) a Constituinte vai funcionar como num grande esforço e não terá os horários regulares do Congresso ordinário. "Se forem obedecidos os prazos regimentais, a nova Constituição poderá ser promulgada em novembro", arriscou Cordeiro.

Prioridades

Levando em consideração que a Constituinte é efêmera e no período inicial de elaboração da Carta os trabalhos serão concentrados nas Comissões e Subcomissões, o deputado sugere



Cordeiro: esforço concentrado

que, nesta fase, o plenário tenha o seu funcionamento reduzido. Pelo Regimento Interno, as sessões ordinárias vão de terça às sextas-feiras, durante quatro horas diárias.

"Não teria o menor receio de dizer que hoje a função menos importante é a de plenário porque chegará o momento, nas votações da Constituinte, que o plenário será o mais importante. Agora a função principal será fazer filtro grosso do ponto de vista temático, abrindo uma pesada discussão dos assuntos iniciais nas subcomissões e, em seguida, nas comissões te-

máticas", explicou Marcelo Cordeiro.

A seu ver, como o Regimento Interno é omissivo, a Mesa da Constituinte poderá, caso haja necessidade, evitar a realização de sessões ordinárias, o que não deve se constituir em uma norma, mas numa eventualidade para agilizar o processo de elaboração da nova Constituição. "Na Câmara, o seu presidente pode decidir que a Casa se reúna em comissões para dar maior ritmo aos trabalhos anteriores à discussão de plenário", exemplificou o primeiro secretário.

Marcelo Cordeiro disse também não ver como, regimentalmente, os parlamentares poderão protelar o início dos debates constituintes nas subcomissões, marcado para quarta-feira. "A formação das subcomissões não pode ser visto do ângulo político-partidário, mas regimental e institucional", referindo-se ao fato de que na terça-feira expira-se o prazo para a composição das subcomissões, que não deverá mais ser adiado sob pena do descrédito perante a opinião pública.

O deputado defende também que, durante a Semana Santa, a Constituinte trabalhe até quarta-feira, dia 15, e suspenda suas atividades a partir de quinta-feira, evitando com isso o receso branco durante o período de 13 a 17 de abril, o que prejudicaria os primeiros debates dos temas constitucionais.

Covas define subcomissões hoje

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, concluiu hoje a composição das subcomissões temáticas e define os 24 homens que ocuparão os cargos que, pelo acordo de lideranças, pertencem ao seu partido. O vice-líder Euclides Scalco, um dos colaboradores mais próximos de Covas, garantiu ontem que o trabalho está praticamente pronto e que as indicações refletirão o consenso. Scalco afastou a hipótese de eleições nas subcomissões na terça-feira, como queriam os coordenadores de bancadas identificados com a ala mais conservadora do PMDB.

Covas reuniu-se ontem com os vice-líderes e relatores das oito comissões para ultimar as listas dos peemedebistas que vão integrar as 24 subcomissões. Segundo o líder, nesta segunda fase, o tempo trabalha a seu favor, permitindo que realize consultas mais amplas às bancadas, o que foi feito durante toda a manhã através de seus vice-líderes. Covas informou que apesar das insatisfações «localizadas» no partido, esta nova fase da Constituinte está se processando de uma forma mais tranquila para o PMDB.

A composição das subcomissões não ofereceu maiores problemas e já estava praticamente acertada na tarde de ontem. Segundo Scalco, há necessidade ainda de alguns ajustes para a acomodação de todos os constituintes, por exemplo, a subcomissão dos tributos, tem 11 vagas e 25 interessados. Scalco ligou para todos eles informando que na subcomissão do sistema financeiro ainda havia vagas. O vice-líder está incentivando os constituintes a se decidirem, nestes casos, por sorteio. Havia problemas também na subcomissão dos municípios e regiões, para a qual se inscreveram 18 constituintes, contra 11 vagas. Os interessados foram informados que ainda há

vagas na subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios. Nos dois casos, os constituintes puderam optar por subcomissões pertencentes a mesma comissão temática. No primeiro, a do sistema tributário e no segundo, a da organização dos estados.

Na opinião de Scalco, o clima de insatisfação gerado na bancada do PMDB durante o processo de instalação das oito comissões temáticas já está superado:

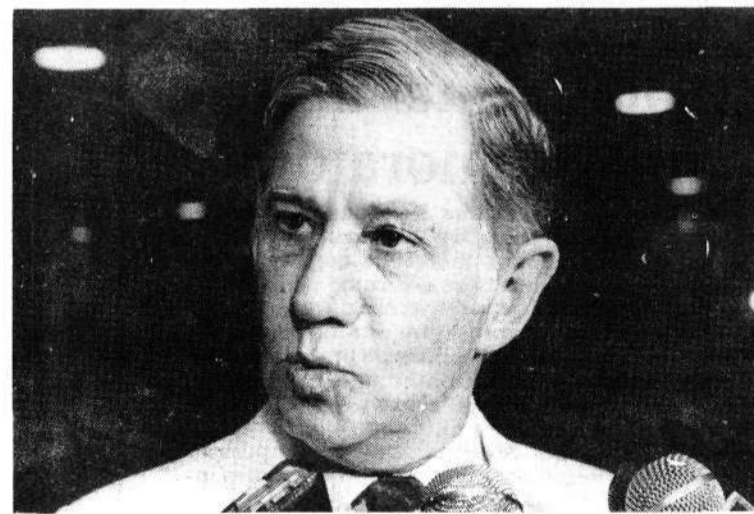
— O pessoal está se dando conta de que o critério adotado por Covas estava correto, não havia outra forma mais democrática do que a utilizada.

Segundo o relator da Comissão de Ordem Econômica, senador Severo Gomes, «é uma bobagem afirmar que Covas está privilegiando a esquerda do partido na distribuição dos cargos», como afirmaram os coordenadores das bancadas mais afinadas com a ala mais conservadora do PMDB. Na opinião de Severo, o que houve foi uma confusão muito grande diante do comportamento democrático que Covas assumiu ao delegar aos coordenadores de bancadas uma prerrogativa

sua: a de compor as comissões.

Apesar de não haver uma definição em torno dos 24 cargos de relator, alguns nomes são dados como certos: na Comissão de Ordem Econômica, deverão ser indicados os deputados Virgildásio Senna (BA), José Ulysses (MG) e Oswaldo Lyra Filho (PE), para as relatórias das respectivas subcomissões de princípios gerais, questões urbanas e reforma agrária. Para as subcomissões da organização dos poderes e sistema de governo deverão ser indicados o senador José Fogaça (RS), para a subcomissão do Poder Executivo e o caratinense Francisco Kuster, para a do Poder Legislativo. A subcomissão do Poder Judiciário deverá caber ao PT, que indicou o deputado Plínio de Arruda Sampaio.

O nome da deputada Cristina Tavares (PE) deverá ser confirmado para relatar os trabalhos da subcomissão de Ciência e Tecnologia, que vai discutir a reserva de mercado para a informática. E o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado João Herrmann (SP), será indicado relator da subcomissão da nacionalidade, soberania e relações internacionais.



Severo não vê privilégios

Cabral se considera favorito

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) diz que tem todas as condições para ser o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, quaisquer que sejam os critérios estabelecidos pelo líder Mário Covas, técnicos ou políticos, mas não pede diretamente a indicação. «Acho que por questão de ética — assinalou — e também pela nossa amizade, não posso criar nenhum tipo de constrangimento para o Covas».

O deputado amazonense entende que se observado o critério político, ele tem até mais

trunfos do que os outros dois pretendentes à indicação: o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Lembra que foi um deputado «com expressiva atuação», figurando entre os «dez melhores» nas escolhas antigamente feitas pelo comitê de imprensa da Câmara dos Deputados, foi vice-líder do próprio Mário Covas na bancada oposicionista e, como este, teve por «prêmio» a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos.

Mas se o critério for técnico — e Bernardo Cabral assinala que na verdade este é que deve prevalecer numa comissão que tem por atribuição montar o projeto da futura Constituição — ele então leva «grande vantagem» em relação aos competidores. Observa que Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, muito respeitado em sua área de atuação, mas que não tem o necessário domínio das sutilezas e da malícia da técnica jurídica, e que Pimenta da Veiga é advogado, mas com vivência talvez maior na política